



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## AVALIAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

*Rosatrícia da Silva Moura<sup>1</sup>*  
*Wagner de Melo Cavalcante<sup>2</sup>*

### RESUMO

Avaliação docente é um tema que levanta muitas controvérsias, debates que vão desde a legitimidade desse mecanismo de aferição, passando pela busca da mais adequada forma de emprego, pelos seus componentes, interesses políticos e estratégicos, até a concepção de educação, filosófico-ideológica que a orienta. Tem marcado presença na agenda política de inúmeros estados, e por vezes chega a nortear investimentos e reformas educacionais. No Brasil, tratada em particular, apenas recentemente começa ensejar debates, mas já é motivo para a preocupação de especialistas, de profissionais da educação e de alguns governantes, apesar da previsão legal, ainda inexistem parâmetros nacionais específicos para conduzi-la, principalmente em concordância com os mais recentes ideais pedagógicos e profissionalização docente, os quais se delinham atualizados em perspectivas democráticas de educação e sociedade.

**Palavras-Chaves:** *avaliação docente; avaliação docente no Brasil.*

---

<sup>1</sup> rosatrícia@ceapcursos.com.br

<sup>2</sup> Black\_eyes\_gato@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Estamos constantemente emitindo juízos de valor, valorando, avaliando o que está ao nosso redor, sejam pessoas, suas atitudes e comportamentos, objetos, situações. Avaliar parece fazer parte de nós e valemo-nos muitas vezes desse recurso de distintas maneiras para decidirmos como agir, que caminho seguir, o que fazer perante as mais variadas ocasiões.

Todavia, existem ambientes onde a avaliação é utilizada de maneira menos espontânea e mais sistematizada, associada a objetivos mais pragmáticos, como a obtenção de resultados, no ramo empresarial, largamente, a uma maior lucratividade, funcionando como uma ferramenta para se aferir o desempenho dos trabalhadores, um meio “objetivo” onde se mensura suas performances e atuações profissionais através da comparação a parâmetros pré-estabelecidos.

Para Xavier, Ribeiro e Filho (1988, p.46, *apud*. MENDES, 2009, p.21)

Avaliar quer dizer apreciar, medir, mensurar, julgar, comparar ou conferir. Avaliação, num sentido geral, significa apreciar um ser, situação ou atividade, considerando os fatores ou elementos que o constituem, atribuindo-lhe um “justo” valor.

Em Chiavenato (2000, p. 269), uma grande referência em teoria da

administração, temos que “avaliação de desempenho é o processo pelo qual as organizações avaliam o desempenho do empregado no cargo”, no exercício de sua função. Ou seja,

[...] avaliação de desempenho é a crítica que deve ser feita na defasagem existente no comportamento do empregado entre a expectativa de desempenho definida com a organização e o seu desempenho real. (SIQUEIRA, 2002, p. 56, *apud*. MENDES, 2009, P.21).

No âmbito da educação a avaliação é um tema que enseja muitas discussões, principalmente quando se trata da que se realiza acerca da atuação profissional dos docentes. De grande complexidade, pois esses não são profissionais tão simples e ela não se realiza como uma mera herança da moderna burocratização da administração empresarial e pública, pois os profissionais que abarca possuem um papel que não se limita a pragmática concepção de ocupação profissional, ou trabalho, mas também e assim o foi exclusivamente por séculos, compreendida como vocação. O objetivo principal desse trabalho é apresentar panoramicamente alguns dados sobre esse tipo de avaliação no cenário brasileiro.

A partir desse problema: se existem e quais são os parâmetros nacionais para a avaliação docente no Brasil? É que esse trabalho se escreve. Tendo ainda, como

ponto chave, a hipótese de que não existem parâmetros difundidos para se proceder com a avaliação dos docentes brasileiros independentemente do nível de ensino.

Por abordar um tema o qual não dominávamos e ainda não dominamos em profundidade, foi necessária primeiramente a realização de toda uma pesquisa para o levantamento de bases referenciais e teóricas, assim em muitos aspectos e por seus limites de espaço o presente trabalho possui claramente características que o definem como exploratório.

É importante salientar que não foi tão simples inicialmente encontrar referências que abordam especificamente o tema da avaliação docente na conjuntura brasileira, o que indiretamente reforçou durante boa parte da pesquisa sua hipótese inicial, sua inexistência.

Porém, como o que acontece com uma bola de neve rolando montanha abaixo, a partir de cada referência, texto, autor que encontrava indiretamente me era sugerido novos materiais de onde poderia coletar mais dados e ao longo dessa atividade de pesquisa fomos gradativamente elaborando nossas próprias opiniões e argumentos sobre a avaliação docente realizada no Brasil.

Em termos metodológicos, o que se pode encontrar ao longo desse breve artigo é um trabalho exploratório, de cunho bibliográfico e descritivo, escrito com a

permanente preocupação de está produzindo um texto de linguagem simples, que sendo consultado por alguém de pouco trato com o assunto possa facilmente ser lido e compreendido; mas é claro que o realizamos sem perder de vista alguns dos princípios da cientificidade.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertação, teses e bibliográficas virtuais.

## **DESBRAVANDO O TEMA DA AVALIAÇÃO DOCENTE NO BRASIL**

Como foi apontado anteriormente, o tema da avaliação docente se coloca envolto em muitos debates, principalmente por não se ter uma fórmula genérica de como realiza-la, que sirva em todos os contextos e épocas, o que vai depender da orientação político-filosófica, da ideia/modelo de educação que se segue no sistema educacional onde será realizada.

Ela impacta diretamente na atuação desses profissionais da educação e por vezes se faz de maneira em si mesma, finalistas, realizadas através de processos

excludentes, que não consideram globalmente a atividade educacional, minimizando o papel desses importantes sujeitos em um clima de julgamento, sem proporcionar *feedbacks*, sem ser percebida como um propício “momento de reflexão das carências” (FREIRE, 1997), oportunidade para se aperfeiçoar as práticas educativas.

Para Freire (*Ibidem*) a avaliação docente é um elemento fundamental do processo educativo, mas deve ser realizada de maneira contextual, processualmente, observando-se o passo a passo da ação educativa e se verificando se a concretização dos objetivos para os quais a educação é colocada está sendo alcançada.

Tratando da avaliação da prática de educadoras do nível básico, o pensador coloca que

[...] a avaliação da prática é fator importante e indispensável à formação da educadora. Quase sempre, lamentavelmente, avaliamos a pessoa da professora e não sua prática. Avaliamos para punir e não para melhorar a ação dos sujeitos e não para *formar*. (*Ibidem*, p. 11)

A avaliação docente deve ser realizada com bases em procedimentos racionalizados, fundados na objetividade, tendo em vista que se trata de um componente do processo educativo, assim, impessoal, direcionada para a aferição da

atuação de determinados profissionais, a qual se realiza orientada para o cumprimento de objetivos antecipadamente estabelecidos, nada simples, sendo o principal deles: educar. É um importante meio de diagnóstico. Deve ser realizada, portanto, considerando-se a multiplicidade de papéis dos docentes. Podendo existir inúmeras práticas, com caracteres mais pontuais ou abrangentes, de aplicação total, local, capilar ou todas ao mesmo tempo, também, fomentadas a partir de variadas demandas de implementação, sendo um importante instrumento de aperfeiçoamento das diretrizes político-educacionais.

Em síntese, a avaliação do professor mais do que uma questão de estatuto é uma necessidade organizacional, profissional e pessoal, que se reporta, respectivamente, ao sistema educativo, à escola e ao professor e que deve alicerçar-se nos princípios da participação do professor na construção dos critérios de avaliação, na diversidade dos agentes avaliadores (inspeção, professores, alunos...), na pluralidade pedagógica, com a utilização de vários instrumentos de recolha de dados, e na dimensão formadora da avaliação. (PACHECO, 1997, p. 47)

Segundo Sobrinho (2000, *apud*. CONCEIÇÃO; MOTA JÚNIOR e MAUÉS, 2006, p. 09) “toda avaliação corresponde e quer servir a uma certa

concepção de educação que, por sua vez, está integrada a uma ideia de sociedade”, opera diante desses e de outros valores, mas mesmo assim não deveria perder-se da objetividade existente nos procedimentos técnicos, não fazemos a afirmação no sentido da utilização exclusiva de metodologias quantitativas de coleta e análise dos processos e seus resultados, mas também, que não são anuladas em sua utilidade e impedidas de serem utilizadas pela busca constante por tal objetividade e racionalidade, de metodologias qualitativas. Acreditamos que a combinação dessas duas concepções científicas de investigação pode bem mais contribuir para o êxito das empreitadas avaliativas.

Duas finalidades gerais, polarizações puras são apontadas pelas pesquisadoras Deise Mancebo e Marisa Lopes da Rocha (2002, pp. 61-62) a respeito dos objetivos das universidades brasileiras e para os quais seus processos avaliativos foram constituídos, e que podem ser ampliadas para os demais níveis educacionais, por se tratarem de orientações, de certo modo, ideológicas, políticas, filosóficas que nortearam todo o sistema educacional do país ao longo do século XX e também XXI, principalmente nos últimos 30 anos de nossa história: 1 – formar para o mercado; 2 – referida

[...] à capacidade e habilidade de contribuir para se ultrapassar as demandas imediatas do mercado de trabalho, para se desenvolver a capacidade de pensar criticamente e de produzir conhecimento, liberto dos controles burocráticos e do poder. (SGUISSARDI, 1997, p. 59)

Essas duas linhas mestras, antagônicas em si, conduziram/conduzem políticas educacionais não apenas no Brasil. Durante os últimos vinte anos do século passado houve o prevalecimento da primeira delas, que ofereceu um conjunto de princípios finalistas, neoliberais.

Já no século presente da segunda, como pode ser percebido na sugestão da UNESCO e do Banco Mundial, numa concepção mais democrática e de maior valorização do papel do docente.

Es necesario que los gobiernos desempeñen un nuevo papel como supervisores de la educación superior, más que como directores. Debieran concentrarse em establecer los parámetros dentro del cual se pueda lograr el éxito, mientras permiten que las soluciones específicas afloren de las mentes creativas de los profesionales de la educación superior. (2000, p. 3)

Em outro documento da UNESCO, mais recente, em texto elaborado pela educadora brasileira Ana Luiza Machado também é possível se observar a enunciação da segunda perspectiva, quando sua autora,

tratando do Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe (Prelac), que objetiva principalmente criar meios para a melhoria da qualidade da educação na região que abrange, apresenta que existe a necessidade de mudanças nos sistemas educacionais para enfrentar os desafios da atualidade,

[...] entre as quais: (1) maior flexibilidade das leis e das normas; (2) maior ênfase nas competências e habilidades do que nos conteúdos informativos; prática docente que atenda a todos em sua diversidade; (3) escola que se responsabilize pelos resultados da aprendizagem dos alunos, e na qual a participação e a deliberação coletiva são a tônica da gestão; (4) e, por fim, sociedade que priorize a educação como fundamental para o desenvolvimento humano, político, social e econômico do país. (2007, p. 13)

Preferimos essa segunda abordagem e compreensão do processo pedagógico-educacional, pois à

[...] produção em tempo sequencial, repetitivo, acelerado, isolado e competitivo, pode-se contrapor práticas de cidadania – produção em tempo progressivo, que se desdobra a partir de debates e reflexão, estimulando a crítica na ordem do conhecimento e a inserção político-institucional dos docentes. (MANCEBO; ROCHA, 2002, p. 71)

Tendo em vista que não emparedam, nem engessam os docentes, ao contrário busca a promoção da sua valorização profissional. Quando na outra orientação acabavam muitas vezes sobrecarregados e conseqüentemente desvalorizados e desqualificados enquanto profissionais, por serem em geral considerados os principais algozes pelo inadequado desempenho dos alunos, da escola e do sistema.

Em síntese, a avaliação pressupõe um caráter extremamente ético e qualitativo; e não simplesmente se resume à medição da produtividade-lucrativa. A avaliação desejada é aquela que se dá de forma democrática e contínua e que vise realmente a melhoria da qualidade da educação superior brasileira. (CONCEIÇÃO; MOTA JÚNIOR e MAUÉS, 2006, p. 09)

É consensual entre vários autores que abordam a temática da avaliação que ela tem se constituído em uma das principais chaves de balizamento político da educação no país, dando os contornos de parte substancial do trabalho docente (MANCEBO; ROCHA, 2002, p. 56), a distribuição de recursos e investimentos, fundamentando reformas, na grande maioria demandadas verticalmente no sentido Estado-escola, com base em expectativas impostas pelos governos e conectadas, tomando sentido dentro do

conjunto de suas estratégias políticas mais globais.

O tema da educação esteve presente nas agendas de inúmeros governos e foi uma das principais bandeiras de algumas campanhas eleitorais do país, porém, muito ainda precisa ser feito. Ocorre que novos modelos, e projetos, muitos que realçam a democracia, que apontam uma nova ideia de educador/educação, de organização escolar, que expressam um discurso de transformação, superação, sobre as condições existentes, onde na prática permanecem aquém da realidade, “melhor dizendo, a distância entre o que é propugnado nos programas de reforma educacional e o que é de fato implementado nas escolas apresenta uma grande defasagem” (OLIVEIRA, 2004, p. 139).

Na realidade aquela escola tradicional, transmissiva, autoritária, verticalizada, extremamente burocrática mudou. O que não quer dizer que estejamos diante de uma escola democrática, pautada no trabalho coletivo, na participação dos sujeitos envolvidos, ministrando uma educação de qualidade. Valores como autonomia, participação, democratização foram assimilados e reinterpretados por diferentes administrações públicas, substantivados em procedimentos normativos que modificaram substancialmente o trabalho escolar. O fato é que o trabalho pedagógico foi reestruturado,

dando lugar a uma nova organização escolar, e tais transformações, sem as adequações necessárias, parecem implicar processos de precarização do trabalho docente. (*Ibidem*, 140)

Na perpetuação de nefandas situações. A lei mor da educação brasileira, Lei de Diretrizes e Bases – LDB (9.394/96) prevê o seguinte:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho [...]

Mas na realidade, ainda não existem tais condições. Outros documentos nacionais que tratam da carreira e da avaliação docente possuem proposições semelhantes, a exemplo da Resolução n. 03/97 do Conselho Nacional de Educação – CNE onde fica definido que “[...] as novas carreiras de magistério devem contemplar níveis de titulação e incentivos de progressão por qualificação do trabalho docente, entre os quais avaliação do desempenho no trabalho”. (ABREU; BALZANO, 2001, p. 219, *apud*. MENDES, 2009, p. 48).

A Avaliação de Desempenho Docente no Brasil apresenta-se de forma paradoxal, pois possui tanto

um caráter prescrito quanto político adaptativo. O primeiro aspecto pode ser observado no assentamento dos documentos legais do sistema educacional como forma de aplicar a meritocracia. O caráter político adaptativo não contextualiza o processo, o faz na “carona”; da “brisa” democrática que despreza os desiguais e duplamente excludente, porque seleciona os privilegiados e dentre esses são escolhidos os considerados melhores para liderar e ocupar postos de destaque na hierarquia. (*Ibidem*, p. 50)

O que não é levado em consideração neste modelo voluntarista é a desigualdade de condições para competir. E o sistema educacional no Brasil, não oferece garantias que possibilitem minimizar as distorções que favorecem às elites, e num conflito de classes histórico, acirra ainda mais a discriminação e a exclusão social. (*Ibidem*, p. 69)

A legislação recente que trata da avaliação da educação tem sido intensa e meticulosa, principalmente a que se referencia a educação superior, alvo de maiores investimentos nos últimos vinte anos, tem atravessado diferentes governos e, via de regra, tem-se orientado a partir da aferição de resultados e da identificação de pré-condições de funcionamento ou credenciamento das instituições (nesse caso as de ensino superior), advogando para si funções de regulação e controle do sistema e reduzindo, a um mínimo, as funções

sociais da avaliação (MANCEBO; ROCHA, 2002, p. 56).

Existem alguns mecanismo de aferição do cumprimento das metas estatais para a educação, como os famosos provões (Provinha Brasil, voltada para a alfabetização; ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio; ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes) direcionados para todos os níveis de ensino, mas que não servem para negar a hipótese inicial da inexistência de parâmetros nacionais de avaliação docente, por não corroborar nem de longe com o que se acredita ser a melhor maneira de diagnóstico e balizamento do trabalho dos professores brasileiros.

## CONCLUSÃO

Avaliar o trabalho docente ou até o sistema de ensino de um país a partir de uma prova pode revelar, talvez, a pontinha do *iceberg*, mas na realidade prova quase nada no que se refere a uma compreensão mais íntima e verdadeira das precisões de mudança, apenas que essa metodologia de avaliação por si só é ineficiente.

Há uma deficiência de instrumentos fidedignos para avaliação dos professores no Brasil. Uma matriz já ajudaria as instituições formadoras e os professores. Estamos procurando amadurecer essas questões para

dar maior clareza do que se pretende na formação de professores.<sup>3</sup>

São palavras do então Ministro da Educação brasileiro, Fernando Haddad, proferidas em 24 de maio de 2010, no Seminário Internacional – Avaliação de professores da educação básica: uma agenda em discussão, que ocorreu no Rio de Janeiro e contou com especialistas nacionais e internos no assunto.

Até hoje nada foi feito nesse sentido no Brasil, apesar de ainda ter sido anunciado que se consultaria a sociedade acerca de itens que possam fazer parte de um exame nacional de professores, no desejo de se criar um banco nacional de docentes, uma relação de profissionais de educação qualificados que poderiam ser contratados por qualquer município brasileiro, com objetivos que foram publicados no Diário Oficial da União, em 24 de maio de 2010<sup>4</sup>.

Pudemos descobrir ao longo desse desafiador trabalho que uma preocupação mais sistemática com a avaliação docente no Brasil é recente, que o tema tem marcado presença na agenda de discussões de inúmeros países, ficando ao seu término, nossa esperança, como pesquisadores,

docentes/discentes e amantes da educação, que realmente se invista na criação de um modelo de avaliação docente de caráter mais holístico, para o Brasil, internacional, considerando-se os contextos sociais onde serão implantados, que perceba com profissionalismo e que se avance também nesse sentido, essa especial categoria, indispensável para a ascensão e edificação de uma melhor sociedade e que tais projetos consigam atingir também o setor privado, onde em muitos aspectos, ainda mais fortes, tem se dado uma agreste proletarização desses profissionais no interim de um sistema mercantil de educação.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza; BALZANO, Sonia. Progressão na carreira do magistério e avaliação de desempenho. *In*: RODRIGUES, Maristela Marques; GIÁGIO, Mônica (orgs.). **Guia de consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação: PRASEM III**. Brasília: FUNDECOLA/MEC, 2001.

CASTANHEIRA, Ana Maria; CERONI, Mary Rosane. Reflexões sobre o processo de avaliar docente contribuindo com sua formação. **Avaliação**. Campinas, vol. 12, n. 4, dez. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2010/05/ha-uma-deficiencia-na-avaliacao-dos-professores-no-brasil-diz-fernando-haddad-2914286.html>>.

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/portaria\\_normativa1421\\_10.htm](http://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/portaria_normativa1421_10.htm)>.

CONCEIÇÃO, Darinêz; MOTA JÚNIOR, Willian da; MAUÉS, Olgáises. **As políticas de avaliação para a educação superior brasileira e o trabalho docente no contexto neoliberal.** In: VI SEMINÁRIO DA REDESTRADO. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1997.

MACHADO, Ana Luiza. América Latina e Caribe: situação educacional atual e desafios a enfrentar. In: BALZANO, Sônia. (Org.) **O desafio da profissionalização docente no Brasil e na América Latina.** Brasília: CONSED, UNESCO, 2007.

MANCEBO, Deise; ROCHA, Marisa Lopes da. Avaliação na educação superior e trabalho docente. **Interações**, vol. 7, n. 13, jan./jun. 2002.

MENDES, José Tadeu Neris. **Avaliação de desempenho docente:** prós e contras na fala do professor Salvador. 2009. 111f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia). UNEB: Salvador, 2009.

MIRAGLIA NETO, Francisco. Universidade saber e interesse. **Universidade e Sociedade**, vol. 4, n. 7, 1994.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente:

precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 25, n. 89, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

PACHECO, José Augusto. Avaliação do professor: alguns consensos. **Noesis**, mar./jun. 1997.

SGUISSARDI, Valdemar. (org.). **Avaliação universitária em questão:** reformas do estado e da educação superior. São Paulo: Autores Associados. 1997.

TORRECILLA, F. Javier Murillo. Avaliação do desempenho e carreira docente: um estudo em cinquenta países da América Latina e Europa. In: BALZANO, Sônia. (Org.) **O desafio da profissionalização docente no Brasil e na América Latina.** Brasília: CONSED, UNESCO, 2007.

UNESCO; BANCO MUNDIAL. **Peligro y promesa:** la educación superior en los países en desarrollo – resumen de las conclusiones alcanzadas por el Grupo de Estudio sobre Educación Superior y la Sociedad. 2000. Disponível em: <<http://www.tfhe.net/press/summary>>. Acesso em: 22 de dez. de 2011.